



Governo Federal investe R\$ 13,3 bilhões no combate à pobreza em 2007

O Governo Federal está investindo R\$ 13,3 bilhões, em 2007, no combate à pobreza, integrando mais de 30 programas e ações que visam erradicar a fome por meio da inclusão social. Os investimentos no Fome Zero, que integra todas essas ações, possibilitam que mais famílias tenham acesso à alimentação, promovem a geração de trabalho e renda e melhoram a qualidade de vida nas regiões mais pobres do Brasil. O volume de recursos de 2007 é 114% maior que o valor executado em 2003 (R\$ 6,2 bilhões).

O Bolsa Família, maior programa de transferência de renda já criado no Brasil, está presente em 11 milhões de lares pobres. Juntando o Bolsa Família e os programas remanescentes, de 2003 até junho de 2007 a transferência de renda atingiu R\$ 27 bilhões. Além disso, o Governo Federal ampliou o volume de recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). De R\$ 848 milhões, em 2002, o orçamento passou para R\$ 1,6 bilhão em 2007, o que garantiu a melhoria na qualidade da alimentação diária de 36 milhões de estudantes.

Também foram investidos, até janeiro de 2007, R\$ 1,3 bilhão no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), atendendo 93,8 mil produtores e pecuaristas. A distribuição dos produtos, incluindo o leite, atendeu 6,5 milhões de pessoas. Já o aumento dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) permitiu que, desde 2003, 800 mil famílias de pequenos agricultores tivessem acesso, pela primeira vez, ao Programa.

Na região do Semi-Árido brasileiro, a aplicação de R\$ 293 milhões garantiu a construção de 199 mil cisternas para 994 mil pessoas.

Em todo o Brasil, foram pactuados 3.249 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), em 2.626 Municípios das 27 unidades da federação, estimando-se uma população referenciada de 12 milhões de famílias.

BALANÇO GERAL

O **Programa Bolsa Família**, que unificou quatro programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás), foi implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em outubro de 2003. Ele está presente em 11 milhões de lares pobres de todos os Municípios.



O orçamento do Bolsa Família para 2007 é de R\$ 8,6 bilhões.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e também com governos estaduais e municipais, é um dos instrumentos que melhor traduz os objetivos do Fome Zero porque atua desde a compra até a distribuição dos alimentos.

O PAA compra até R\$ 3,5 mil por ano do pequeno produtor e R\$ 7 mil, no caso da produção de leite (R\$ 3,5 mil/semestre).

Desde a implantação do PAA, o Governo Federal investiu R\$ 1,3 bilhão na compra de alimentos produzidos por 93.794 agricultores. Só no PAA/ Leite foram investidos R\$ 355,5 milhões na compra do produto de 25.014 produtores. Foram beneficiadas pela distribuição de leite 650 mil famílias, ou cerca de 3,3 milhões de pessoas, em 1.152 Municípios.

Outro bom resultado é o aumento dos recursos repassados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do Ministério da Educação, para a merenda. O Pnae atende diariamente 36 milhões de crianças e adolescentes.

O Governo Federal quase quadruplicou o valor *per capita* repassado por dia aos alunos da pré-escola, de R\$ 0,06 para R\$ 0,22 em 2006. Já o valor destinado aos alunos do ensino fundamental passou de R\$ 0,13 para R\$ 0,22. A merenda também foi estendida para alunos de creches públicas e filantrópicas. As escolas indígenas e quilombolas passaram a receber R\$ 0,44 ao dia. Para 2007, o orçamento do Pnae é de R\$ 1,6 bilhão.

Dentro do Programa de Construção de Cisternas foram construídas, desde 2003, 199 mil cisternas de placa para armazenamento de água, garantindo água limpa e saudável a 994 mil pessoas que moram no Semi-Árido. Foram investidos R\$ 292,7 milhões, recursos do poder público, entidades privadas e organizações não-governamentais. Deste total, R\$ 257 milhões foram investidos pelo MDS, dos quais R\$ 231 milhões na parceria com a Articulação do Semi-Árido (ASA). As cisternas já estão presentes em 1.075 Municípios de 11 Estados.

Nas ações de agricultura urbana (hortas comunitárias, viveiros, etc), 6.505 unidades foram financiadas por meio de convênios com governos estaduais e municipais, com estimativa de atender 301 mil famílias.



Desde 2003, 800 mil famílias de pequenos agricultores passaram a ter acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No ano agrícola 2003/2004 foram investidos R\$ 4,5 bilhões, atingindo R\$ 6 bilhões para a safra seguinte. Agora, para a safra 2006/2007, o governo destinou R\$ 10 bilhões.

Desde 2003, mais de 4,6 milhões de contratos de financiamentos foram assinados e 1,65 milhão de famílias agricultores acessam o programa. A agricultura familiar é responsável por mais de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) da produção agropecuária brasileira. Atualmente, existem 4,2 milhões de empreendimentos familiares, o que representa 84% dos estabelecimentos rurais do País. A agricultura familiar também representa sete em cada dez ocupações do campo, absorvendo 14 milhões de trabalhadores. São os agricultores familiares que colocam na mesa dos brasileiros 67% do feijão, 84% da mandioca, 58% da carne suína, 52% do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos e grande parte das frutas e hortaliças.

O Governo Federal investiu R\$ 90,3 milhões na implementação de 102 Restaurantes Populares em 97 Municípios, em 11 Estados brasileiros. Atualmente, há 22 unidades em funcionamento com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Já na área de Educação Alimentar, todos os estudantes do ensino fundamental no Brasil receberam cartilhas que ensinam, de forma didática e divertida, como se alimentar corretamente. Foram distribuídas 92 milhões de publicações, 1,4 milhão de cadernos do professor, 6 mil kits pedagógicos de capacitação em alimentação saudável foram entregues para equipes de saúde e mais 3 milhões de exemplares de revistas educativas foram doadas ao Fome Zero para distribuição a entidades que desenvolvem ações de segurança alimentar e nutricional.

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) representam um importante capítulo na história do Fome Zero. Foram pactuados 3.249 centros, em 2.626 Municípios brasileiros nas 27 unidades da federação, referenciando 12 milhões de famílias.

Nestes locais, presta-se um serviço de assistência social básica voltado especificamente para o grupo familiar. Ali são atendidas famílias que estão vulneráveis, sem acesso à renda ou a serviços públicos, e muitas vezes vítimas de discriminação por questão de etnia, deficiência, idade, entre outros. Nos Cras, presta-se atendimento socioassistencial, articula-se os serviços sociais disponíveis em cada localidade, potencializando a rede de proteção e desenvolvem projetos de geração de trabalho e renda. Quando as pessoas precisam de atendimento, buscam o Centro, que conta com uma equipe mínima de dois psicólogos e dois assistentes sociais, além de pessoal de apoio.



OUTROS RESULTADOS DO FOME ZERO

BANCO DE ALIMENTOS

- 85 unidades com convênio firmado, em 18 Estados
- 30 unidades em funcionamento

COZINHAS COMUNITÁRIAS

- 412 unidades financiadas até 2006, em 17 Estados
- 283 unidades em funcionamento (média de 30,1 mil refeições servidas por dia)

DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

- 5,7 milhões de cestas foram distribuídas para populações específicas e grupos vulneráveis

SEGURO DA AGRICULTURA FAMILIAR

- O governo já pagou R\$ 843 milhões em 259,6 mil contratos até junho de 2006 (safras de 2004/2005 e 2005/2006)
- No total, houve 1,1 milhão de contratos assinados para o Seguro da Agricultura Familiar, com um valor assegurado de R\$ 4,95 bilhões, desde a safra 2004/2005.

GARANTIA-SAFRA

- R\$ 67,8 milhões liberados, a partir da safra 2003-2004
- 763,5 mil termos de adesão assinados e 366,7 mil benefícios pagos desde 2003.

MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

- R\$ 2,1 bilhões disponibilizados desde 2003. Em 2005, 353.933 contratos foram firmados e 156 instituições foram habilitadas para o microcrédito produtivo orientado.

FOMENTO À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

- 27 fóruns estaduais de Geração de Emprego e Renda foram apoiados e 22 mil empreendimentos mapeados.
- 2.068 empreendimentos apoiados.
- 19 Conferências Estaduais de Economia Solidária e uma Conferência Nacional de Economia Solidária.



QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

- 390,8 mil trabalhadores qualificados

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO CIDADÃ

-106 empresas e entidades parceiras

-Foram capacitados 100 educadores, em 26 Estados e DF, que formaram 76.266 pessoas e articularam 1.142 entidades, em 1.122 Municípios.

DOAÇÕES

-Somando as doações financeiras ao valor dos bens, mercadorias, serviços e projetos de parceiros estratégicos, estima-se que foram doados R\$ 546,8 milhões foram doados ao Fome Zero desde 2003.

SOBRE O FOME ZERO

O Fome Zero visa garantir o direito humano à alimentação, contribui para a erradicação da extrema pobreza e também para a conquista da cidadania daqueles que estão mais vulneráveis à fome. Impulsionado pelo Governo Federal, o Fome Zero é totalmente voltado à promoção da segurança alimentar e nutricional e à inclusão social e já está presente em todos os Municípios brasileiros, além do Distrito Federal. Inicialmente entendido como um programa, ele passou a ser considerado uma estratégia porque sua amplitude requer compromisso não só do governo, mas de toda a sociedade.

Os programas e ações do Fome Zero se dividem em quatro eixos:

- Acesso aos alimentos

Fortalecimento da agricultura familiar

- Geração de trabalho e renda

- Articulação, mobilização e controle social

ACESSOS AOS ALIMENTOS:



- Bolsa Família (MDS / MEC/ MS)
- Alimentação Escolar (MEC)
- Cisternas (MDS)
- Restaurantes Populares (MDS)
- Bancos de Alimentos (MDS)
- Distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos (MDS / MDA / MAPA)
- Agricultura Urbana / Hortas Comunitárias (MDS)
- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) (MS)
- Promoção da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas (MS)
- Educação alimentar, nutricional e para o consumo (MDS)
- Promoção de hábitos saudáveis (MS)
- Prevenção e controle das carências nutricionais (distribuição de vitamina A) (MS)
- Prevenção e controle das carências nutricionais (distribuição de ferro) (MS)
- Alimentação do trabalhador (MTE)
- Desoneração da cesta básica (MF)

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

- PRONAF (MDA)
- Seguro da Agricultura Familiar (MDA)
- Garantia-Safra (MDA)
- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) (MDS / MDA / MAPA)

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA



- Qualificação social e profissional (MTE)
- Economia solidária e inclusão produtiva (MDS / MTE)
- Organização produtiva de comunidades pobres (MI)
- Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) (MDS)
- Desenvolvimento de cooperativas de catadores de material reciclável (MTE)
- Microcrédito produtivo orientado (MTE)

ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

- Casa das Famílias - CRAS/PAIF (MDS)
- Mobilização social e educação cidadã (MDS / PR)
- Capacitação de agentes públicos e sociais em políticas de desenvolvimento social e combate à fome (MDS)
- Mutirões e doações (MDS / PR)
- Parcerias com empresas e entidades (MDS / PR)
- Conselhos de Controle Social (CONSEA / CNAS / CAE / Controle BF)

Integram o Fome Zero, nove ministérios e quatro órgãos vinculados à Presidência da República. Além destes, há uma extensa rede de parcerias com empresas privadas e governos estaduais ou municipais.

Os órgãos governamentais ligados ao Fome Zero são os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Saúde (MS); da Educação (MEC); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); do Trabalho e Emprego (MTE); da Integração Nacional (MI); da Fazenda (MF) e também do Planejamento (MP). Há ainda a Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência, Assessoria Especial da Presidência e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).



Além da atuação destes órgãos, o Fome Zero tem contado com a importante parceria de várias instituições, entre elas Banco do Brasil, Articulação no Semi-Árido (ASA), Petrobras, ONG Ação Fome Zero, Caixa Econômica Federal, Pastoral da Criança, CNBB, Instituto Ethos, Sociedade dos Vicentinos, Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), Cáritas Brasileira e Febraban.

O Fome Zero é considerado inovador porque prioriza de maneira absoluta o combate à extrema pobreza e à fome; promove a coordenação e integração dos ministérios na elaboração, planejamento, implementação e monitoramento de ações que busquem a inclusão social e a cidadania; faz articulação entre as muitas ações estruturantes e emancipatórias, e medidas emergenciais; incentiva a participação e controle da sociedade no processo; e por fim, tem como foco as famílias, dando atenção especial à questão da territorialidade.

A coordenação do Fome Zero é responsabilidade da Presidência da República e cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a articulação interna do governo federal para sua execução. Diante disto, foi criado, pela Casa Civil, o Grupo de Trabalho (GT) Fome Zero. A gestão deste grupo, que se reúne mensalmente, fica sob a responsabilidade do MDS. Fazem parte do GT Fome Zero representantes de todos os nove ministérios e quatro órgãos federais responsáveis pela estratégia.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – O MDS tem como missão promover o desenvolvimento social e combater a fome visando a inclusão e a promoção da cidadania, garantindo a segurança alimentar e nutricional, uma renda mínima de cidadania e assistência integral às famílias.

Criado em 23 janeiro de 2004 pelo presidente Lula, cabe ainda ao MDS a missão de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, bem como aprovar os orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Social do Transporte (SEST).

O Decreto nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005 aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como a estrutura e competências de suas secretarias.

O titular da pasta, ministro Patrus Ananias, natural de Bocaiúva (MG), nasceu em 1952. É advogado, casado e tem dois filhos. Formado em Direito pela Universidade



Federal de Minas Gerais, especializou-se em Poder Legislativo pela Pontifícia Universidade Católica (MG), onde também se tornou mestre em Direito Processual. É doutorando em Filosofia pela Universidad Complutense de Madrid e professor licenciado da PUC-MG, onde leciona Direito e Legislação Social e Introdução ao Direito. Funcionário concursado e licenciado da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Patrus Ananias é membro da Academia Mineira de Letras desde 1996.

Integrante da equipe que elaborou o programa de governo do PT nas eleições presidenciais de 2002, foi eleito deputado federal com a maior votação da história de Minas Gerais: 520.048 votos. Em 2004, licenciou-se da Câmara dos Deputados, atendendo à convocação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ser o titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado em janeiro de 2004.

ASCOM / MDS

(61) 3433-1021